



DIRECÇÃO

ANO V

associação de estudantes da faculdade de ciências de lisboa

Esclarecimento aos habitantes da Faculdade de Ciências sobre a proposta aprovada em R.G.A., acerca da passagem.

## A SITUAÇÃO ACTUAL MOSTRA A CORRECÇÃO DO INICIO IMEDIATO DAS ACTIVIDADES ESCOLARES

Na Assembleia Plenária de 49 feira (9/10) foi discutido, sem qualquer resultado prático, o problema do recomeço das actividades escolares. A discussão aí tida, que rapidamente foi transportada desta questão para a questão da "proposta azul" aprovada em R.G.A. (sobre a passagem de ano) não foi de molde a esclarecer as pessoas quer sobre a necessidade urgente do recomeço das actividades escolares quer ainda sobre o próprio conteúdo da "proposta azul".

Hoje fala-se insistentemente na hipótese de encerramento da faculdade, por ordem do MEC, e algumas pessoas começam a compreender com maior clareza a necessidade de pôr a escola a funcionar (obstando a essa ordem), em consequência a correcção da proposta rejeitada na A.P. (em particular, é de salientar que o encerramento da faculdade, além do mais, irá pôr em risco a situação económica dos empregados "para além do quadro" que são a esmagadora maioria).

Uma vez que foi à volta da "proposta azul" que se gerou o aspecto principal da discussão é que é aí que residem as maiores divergências entre estudantes e professores, é importante que fique bem claro o conteúdo da proposta, de forma a pôr a nu todas as posições incorrectas defendidas pelo corpo docente.

### 1- O SIGNIFICADO DA "PROPOSTA AZUL"

No geral, podemos dizer que a "proposta azul" surgiu da necessidade de iniciar as actividades escolares em Ciências e trazer para a escola todos os estudantes que dela se encontram afastados desde o final do ano passado. Por outro lado, ela surgiu também, em oposição às "célebres" propostas das reuniões de professores, no sentido de impedir o anullamento do semestre ou a anulação da passagem de ano.

No entanto, se ela na prática não difere da passagem administrativa pois impede a utilização de meios selectivos, corresponde a uma posição sensivelmente diferente. Isto é, a sua aplicação implica que demos aos cursos maior atenção do que aquela que daríamos aos cursos livres já programados.

Esta é a diferença essencial entre as duas propostas que aprovámos sucessivamente. É esta, evidentemente, a medida do recuo (táctico) que efectivamente foi feito.

Justificar a apresentação da "proposta azul" acaba, desta forma, por ser o mesmo que justificar a necessidade da presença dos estudantes na escola e mostrar que essa proposta impedirá a selecção na passagem. A estas duas questões já foi respondido nas reuniões realizadas. (Aliás a evolução dos acontecimentos veio provar a correcção da resposta que lhes demos).

Neste texto adiantaremos alguns pontos para a explicitação da proposta que poderá contribuir para um maior esclarecimento.



## 2. AS QUESTÕES QUE OS PROFESSORES LEVANTAM SÃO FALSAS QUESTÕES

Tem sido da parte dos professores que têm surgido maiores objecções à "proposta azul". Dois tipos de problemas se têm levantado: a questão da avaliação de conhecimentos e a questão do conteúdo dos cursos. Ora, esses problemas assentam numa base falsa quer por deturpações da proposta quer por argumentação incorreta. Vejamo-los pois, um por um.

### A- O problema da avaliação de conhecimentos

Antes de mais, existe o argumento, já muito gasto, da "seriedade dos cursos".

Na proposta azul lê-se: "... Não são exames ou outras formas de avaliação de conhecimentos que garantirão a integração no próximo ano, mas a participação dos alunos em cursos ou trabalhos sobre a matéria". Trata-se, portanto, de uma afirmação absolutamente correcta. Ela quer dizer que, o importante não é as pessoas decorarem mais umas tantas fórmulas para uma prova de avaliação de conhecimentos, mas sim a sua integração no trabalho continuado nos cursos.

Os professores argumentam: "mas que garantia temos da participação dos alunos nos cursos?". E nós respondemos: toda a vossa argumentação se baseia no facto de quererem assinar os "livros de termos" (onde fica anotada a participação) com a "consciência tranquila" de que não ultrapassaram a "ética profissional" (!), mas se se consideram responsáveis para decidir pessoalmente (ou com alguns amigos) essa assinatura, como negam de todo a responsabilidade dos alunos para o decidirem colectivamente? \* (nota 1)

Pois, afinal que garante a seriedade dos cursos? É a avaliação de conhecimentos, as faltas... ou a seriedade das pessoas que neles participam?

Além do mais é ridículo porem os professores em cusa a seriedade e o interesse dos estudantes nos cursos quando só estes os tentaram levar para a frente (com o apoio dos poucos professores progressistas), enquanto os senhores professores ainda nem começaram a falar no seu início ou sequer na sua preparação (...)

O outro problema colocado foi se há ou não não-aptos.

Se bem que nos pareça significativo estarem os professores tão preocupados com este facto, podemos esclarecê-los: é evidente que poderá haver aptos e não aptos (aliás era até ridículo dizer que não haveria colegas não aptos, pois existem casos de colegas que, por razões de tropa, não querem ficar aptos a determinadas cadeiras.), mas não caberá aos professores omnipotentes nem a "comissões paritárias" fantoches, a decisão de quem são aptos e não aptos, mas antes esta deverá ser o resultado de uma discussão e decisão colectivas, caso a caso, não só no fim do curso mas sempre que alguma pessoa queira criticar a participação de outra (inclusive a de professores).

Essa decisão de apto e não apto terá como base, conforme explicitada na proposta azul, não exames ou provas de avaliação de conhecimentos, mas o trabalho ao longo do curso.

### B- Qual o conteúdo dos cursos

Em relação a este aspecto a proposta é extremamente clara: "Que sobre os assuntos (da matéria ou da reestruturação) que tenham interesse com vista ao recomeço nas melhores condições pedagógicas do curso reestruturado (tendo em conta a inclusão de partes importantes de matéria em cadeiras do ano seguinte) sejam dados cursos e/ou feitos trabalhos (individuais ou de grupo)."

"Também não consideramos como correcto existir uma distinção entre as cadeiras do 1º e do 2º semestre. Pois se o fundamental é o interesse que cada assunto tenha, que importa que ele seja do 1º ou do 2º semestre? Aliás se, por exemplo, houver colegas que já tenham feito essas cadeiras (1º semestre) é evidente que escusam de participar activamente nos cursos (uma vez que até já têm as cadeiras legalmente feitas)."



E, como se vê, a posição de algumas pessoas em querer distinguir o 19 de 29 semestre, já encontra aqui resposta.

C- O "problema" das cadeiras terminais

Foi ponto comum de todas as propostas oportunistas, o estabelecimento de casos "especiais" para as cadeiras terminais. Se bem que, por vergonha, não dissessem, a questão da nota que se encontra por trás deste "problema". A nota, claro está, e todo o tipo de individualismos, e oportunismos que a acompanham.

Se assim não fosse, não tinha, de facto, sentido colocar o problema. Vejamos o que diz a introdução à proposta azul, a este respeito:

"É assim que não aceitámos algumas propostas de alteração nomeadamente no sentido de se considerar como casos especiais as chamadas cadeiras terminais", uma vez que as cadeiras que são de facto especiais (estágios, seminários e monografias) já têm o seu problema resolvido de acordo com os alunos respectivos. Além disso se para as outras cadeiras "terminais" (que não estágios seminários e monografias) já estava decidido a passagem administrativa, não será o mais lógico utilizar o mesmo critério que para todas as outras cadeiras que estavam nas mesmas condições?"

O que é mais ridículo é que este e outros "problemas" são muitas vezes colocadas em nome de "não favorecer os oportunistas". Mas não será dos maiores oportunistas aquele que quer ficar favorecido (na nota) em relação a os seus colegas, só por ter decorado mais umas páginas? Não será dos maiores oportunistas aquele que quer dividir, na luta pela nota, os seus colegas?

D- Integração no ano seguinte ou anulamento do semestre?

Praticamente toda a gente fala em integração de matérias no ano seguinte. Na reestruturação este foi um aspecto tido em conta, e muitas vezes aplicado. No entanto, na base desta integração surgiram duas interpretações diferentes: a nossa e a dos professores.

A nossa interpretação é aquela que todos conhecem: o facto de terem sido integradas partes importantes de matéria nas cadeiras do próximo ano, mostra-nos que estamos praticamente aptos a obter a passagem, na base do trabalho (de reestruturação) que fizemos e dos cursos a realizar.

É diferente a interpretação dos professores. Segundo eles, a integração de partes da matéria no ano seguinte, ao contrário de justificar a passagem, é um argumento para que este semestre seja, objectivamente, anulado. Ou seja, só no próximo ano saberíamos se temos ou não feitas as cadeiras deste ano.

Em termos claros, esta posição dos professores quer dizer o seguinte: "tudo o que vocês fizeram na reestruturação não vale nada para nós. Só passam quando decorarem (tal como antes) as cadeiras do próximo ano".

Não vale a pena fazer comentários a esta posição...

3- QUEM ESTÁ A IMPEDIR O RECOMEÇO DAS ACTIVIDADES ESCOLARES

Segundo o despacho ministerial de Julho, cabe à escola a decisão sobre questões relativas à avaliação de conhecimentos, salvo no caso das passagens administrativas. Ora, é facto já assente em Ciências que as passagens administrativas irão ser justificadas uma por uma, conforme quer o MEC, e portanto não é aí que reside o problema, neste momento.

Sendo interna à escola a resolução deste problema é a evolução das posições dos estudantes e professores que em última análise, a determina.

Ora se por parte dos estudantes se têm mantido os pontos fundamentais da posição em relação à passagem, o mesmo não se pode dizer em relação aos professores.

De início apoiaram a passagem administrativa porque, diziam, "era a única solução honesta e correcta"; em Setembro, começaram a defender o anulamento do semestre pois "é preciso evitar o confronto com o MEC"; agora dizem que concordam com os cursos, desde que estes tenham avaliação de conhecimentos (parece agora tratar-se de "ética profissional"). \*(nota 2)

Pergunta-se: na escola, quem tem entravado o recomeço das actividades? Os estudantes q e desde o início mantiveram uma posição coerente e correcta ou os professores que todos os meses mudam de posição?

Na situação actual, é urgente a reabertura das aulas. Por parte dos estudantes, a proposta aqui apresentada aponta a solução correcta (que ainda não foi rebatida) e resolve de facto os problemas levantados. Esta poderá ser ou não a posição de todos os habitantes desta faculdade. No entanto, em ultima análise, veremos quem irá impedir o recomeço das aulas.

\*nota 1- É verdade que à boa maneira dos tempos de Veiga Simão, muitos professores continuam a pretender ser os senhores todos poderosos, em particular sempre que isso lele à selecção dos alunos. Mas então afirmem-no claramente.

\* nota 2 - Só é pena que a sua "ética profissional" diga apenas respeito à avaliação de conhecimentos e ainda não lhes tenha passado pela cabeça a necessidade de iniciar os cursos ou sequer de os prepararem. Segundo o que se diz, quando se trata de questões como as horas "extraordinárias", durante a sua greve reaccionária de apoio ao Dias Agudo, perderam subitamente todos os problemas de "ética"... (ao mesmo tempo que falam em controlar rigorosamente os ordenados dos empregados...)

TEXTO APROVADO EM REUNIÃO DE COLABORADORES EM 13 DE OUTUBRO/74